

INÉDITAS
IFPE - Assistente em Administração - FUNCERN

Decreto 12.122/2024

1. No âmbito do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, quando se tratar de trabalhadora terceirizada ou trabalhador terceirizado, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá, exceto:

- a) promover ações de prevenção contra o assédio e a discriminação
- b) garantir ações de acolhimento, quando a trabalhadora ou o trabalhador for denunciante ou vítima
- c) encaminhar a denúncia à empresa contratante, quando a trabalhadora ou o trabalhador for a pessoa acusada
- d) registrar o ocorrido nos cadastros institucionais do acusado e da vítima**

2. São diretrizes do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação:

- I - universalidade;
- II - transversalidade;
- III - confidencialidade;
- IV - resolutividade;
- V - coercibilidade.

Estão corretas:

- a) III, IV, e V.
- b) I, II, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II, III e IV.**

3. O Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação será constituído de plano federal e de planos setoriais de implementação e monitoramento. Os planos setoriais observarão as diretrizes e as orientações estabelecidas no plano federal. O plano federal e os planos setoriais terão os seguintes eixos, exceto:

- a) acolhimento, com ações para organização de redes e canais de acolhimento;
- b) reabilitação, com foco em programas de reintegração laboral dos autores de assédio ou discriminação**
- c) tratamento de denúncias, com o estabelecimento de diretrizes e de orientações que evitem a revitimização e a retaliação;
- d) prevenção, com ações de formação, de sensibilização e de promoção à saúde.

Portaria MGI 6.719/2024

4. Com base na Portaria MGI 6.719/2024, que estabelece o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações, constituem ferramentas de prevenção no âmbito do PFPEAD, com exceção de:

- a) ações de formação
- b) ações de sensibilização
- c) ações de punição**
- d) ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e agravos

5. Tendo por escopo a Portaria MGI 6.719/2024, relacione o conceito a sua respectiva definição.

- I – Interseccionalidade
- II – Racismo
- III – Misoginia
- IV – Gestão humanizada
- V – Autocomposição de conflitos

() expressa comportamentos e ações que geram sofrimento, constrangimentos, violências e imposição de opressão em relação às mulheres

() fenômeno social marcado por dinâmicas de poder pautadas em diferenciações étnico-raciais hierárquicas e excludentes, que promovem desigualdades baseadas na raça, cor, origem nacional ou étnica de uma pessoa ou grupo

() condição na qual dois ou mais marcadores sociais se sobrepõem, podendo resultar em opressões e discriminações específicas que se explicam por essa sobreposição.

() método de resolução de conflitos a partir da negociação direta entre as partes interessadas que buscam atingir o consentimento entre ambas

() forma de gestão que valoriza as pessoas, reconhece suas potencialidades, respeita suas diferenças, estimula seu desenvolvimento, promove sua saúde e bem-estar, incentiva sua participação, colaboração e corresponsabilidade, e busca alcançar resultados de forma ética, eficiente e efetiva

A ordem correta é:

- a) III, II, I, V e IV.**
- b) III, I, II, IV e V.
- c) III, II, I, IV e V.
- d) III, I, II, V e IV.